

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 155

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 036ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
09 DE DEZEMBRO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Fernando Ribas Carli e Nelson Tureck.

Às dezesseis horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pestuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Milton Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimento:**

REQUERIMENTO Nº 2650-A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.12.2002

(a) NELSON TURECK

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

**ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Provopar Municipal de São José da Boa Vista. COM PARECER DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

**ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/2002, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos recursos dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior, integrantes do Sistema Estadual de Educação. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CECE. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/2001, de autoria do deputado Renato Gaúcho, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que cria as Zonas de Perigo Ambiental - ZPA e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 461/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que cria o fundo especí-

fico para aplicação exclusiva no tratamento de esgotamento sanitário. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 629/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/2002, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, área no município de Curitiba utilizada pela Escola Estadual Maria Balbina Costa Dias, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 697/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/2002, fica prorrogado para 29 de novembro de 2002, o prazo constante do § 1º e do inciso IV do § 3º, ambos do artigo 1º da Lei nº 13.798, de 12 de setembro de 2002. (créditos tributários). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

A Mensagem nº 49, senhor presidente, não está anexada à pauta da Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não foi anexada por causa da votação em 1º discussão. Poderia fornecer o projeto a V. Exa. está se prorrogando o prazo para o dia 20 de dezembro, prazo que teria vencido anteriormente no dia 20 de novembro, sobre a compensação de pagamentos de débitos.

Em votação.

Os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda aprovada na CCJ, com parecer favorável da CCJ.

Os senhores deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão.

**Aprovada.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 019/2002, de autoria da CPI - América Latina Logística do Brasil, que aprova relatório final da CPI, América Latina Logística do Brasil. COM PARECER FAVORÁVEL. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu quero registrar o meu voto contrário no item 08, aonde aprova o relatório final da CPI da América Logística Latina.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O voto contrário dos deputados Nereu Moura, Ademir Bier, Antonio Anibelli, Strapasson, Waldyr Pugliesi, Luciana Rafagnin, Edson Praczyk, Hermes Fonseca, Serafina Carrilho e Renato Gaúcho.

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que estabelece Programa de Prevenção de Cânceres de Mama e Colo Uterino, para as servidoras públicas estaduais e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. **Aprovado. (Publ no DA nº 002/2002, de 19/02/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 020/2002

##### P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, objetiva estabelecer um Programa de Prevenção de Cânceres de Mama e Colo Uterino, para as servidoras públicas estaduais, na forma que especifica.

Procedida a análise da proposição, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, estando o projeto de lei em perfeitas condições de merecer a apreciação do soberano Plenário desta Casa.

Em sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça, manifesta-se emitindo o presente parecer favorável, opinando pela aprovação do plano de lei.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 26.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 020/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, visa estabelecer um Programa de Prevenção de Cânceres de Mama e Colo Uterino, para as servidoras públicas estaduais, e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Finanças a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
LUIZ ACCORSI - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 020/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, estabelece programa de Preven-

ção de Cânceres de Mama e Colo Uterino, para as servidoras públicas estaduais, e dá outras providências.

Chamada a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua tramitação.

Assim sendo, esta Comissão de Saúde Pública, manifesta-se favorável à aprovação do referido projeto.

Sala das Comissões, em 05.11.2002.

(aa) LUIZ ACCORSI- Presidente  
CLEITON KIELSE - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 570/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que acresce artigo 2º à Lei nº 11718/97. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106/2002, de 19/08/2002)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 570/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, visa acrescentar artigo 2º à Lei nº 11.718/97 (Escola de Música e Belas Artes do Paraná - Quadro de Funcionários).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 570/2002

##### P A R E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria do nobre deputado Caíto Quintana, que tem por objetivo acrescentar artigo 2º à Lei nº 11.718/97 (Escola de Música e Belas Artes do Paraná - Quadro de Funcionários).

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos de constitucionalidade e técnica legislativa.

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com o artigo 7º do Regimento Interno, à qual compete a análise de mérito, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 09.12.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI - Presidente e Relator

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 584/2002, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Insti-

tuto Ambiental do Paraná - IAP, a doar parte do imóvel abaixo declinado, para implantação de projeto habitacional/lazer aos servidores públicos estaduais, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/2002, de 26/08/2002)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 584/2002

##### P A R E C E R :

##### Relatório

De autoria do deputado Augustinho Zucchi, o presente projeto visa autorizar o Instituto Ambiental do Paraná a doar parte do imóvel situado no município de São José dos Pinhais, para implantação de projeto habitacional/lazer aos servidores públicos estaduais.

##### Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental para a normal tramitação da proposição nesta Casa de Leis.

##### Conclusão

Assim sendo, apresentamos parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

Há um requerimento pedindo a inversão da pauta, deixando o item 12 para ser votado por último, após o item 17.

#### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 693/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que faculta o reconhecimento das Associações Locais, Regionais ou Setoriais de Usuários de Recursos Hídricos e aos Consórcios Intermunicipais de Bacia Hidrográfica como Utilidade Pública, na forma da lei. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 136/2002, de 06/11/2002)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 693/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, visa facultar o reconhecimento das associações locais, regionais ou setoriais de usuários de recursos hídricos e aos consórcios intermunicipais de bacia hidrográfica como Utilidade Pública, na forma da lei.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 723/2002, de autoria do deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Pranchita, com sede no município de Pranchita e foro no município de Santo Antônio do Sudoeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 142/2002 de 20.11.2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 723/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pranchita, com sede no município de Pranchita e foro no município de Santo Antonio do Sudoeste.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ELI GHELLERE - Relator

#### ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 755/2002, de autoria da Comissão Executiva, que autoriza a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a instituir o Quadro Próprio do Poder Legislativo e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 152/2002 de 04.12.2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 755/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, objeto da presente manifestação, é de autoria da Comissão Executiva, e tem por objetivo a coleta de autorização do douto Plenário da Assembléia Legislativa para instituir o Quadro Próprio do Poder Legislativo.

Procedida a análise da proposta, esta Comissão de Constituição e Justiça constata que nada existe, jurídica, legal e regimentalmente, que possa impedir a normal tramitação processual legislativa e a deliberação do soberano Plenário.

Cumpra ressaltar, que presente proposta visa colher o devido *referendum* do colegiado de deputados, para estabelecer as atribuições, vencimentos dos cargos e o acesso às respectivas classes ao servidor da Assembléia Legislativa, pois urgem-se providências no sentido de definir o seu futuro, que por uma questão de mérito, deve integrar Quadro Próprio que contemple a legalidade, sob a égide do princípio da moralidade e transparência dos atos públicos.

Nestes termos, manifestamos o parecer favorável, recomendando a aprovação da proposta.

Sala das Comissões, em 09.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

#### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 002/2002, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que susta as Resoluções nºs 2671/2001 e 2618/2001 da Secretaria de Estado da Educação e a 3357/2001, da Secretaria de Estado da Administração. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106/2002 de 19.08.2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2002

##### P A R E C E R :

O Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2002, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, susta as Resoluções 2617/2001 e 2618/2001 da Secretaria de Estado da Educação e a Resolução 3357/2001 da Secretaria de Estado da Administração.

A técnica legislativa dada à matéria viola o disposto no parágrafo segundo do artigo 124 do Regimento Interno. Contudo, diante da suspensão da vigência das Resoluções 2617/2001 e 2618/2001 através de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e posterior revogação das mesmas pela Secretaria de Estado da Educação, este Projeto de Decreto Legislativo segue referindo-se tão-somente à Resolução 3.357/2001 da Secretaria de Estado da Administração, sanando o vício de técnica legislativa apontado.

A Resolução 3.357/2001, publicada no Diário Oficial do Estado em 17 de maio de 2001, define as vantagens inerentes ao cargo efetivo dos servidores do Estado, sobre as quais deve incidir a contribuição previdenciária e que deverão compor os proventos de inatividade.

Essa resolução não permite a incorporação das aulas extraordinárias e da gratificação de ensino especial nos proventos de aposentadoria.

Entretanto, a Lei Complementar 7/76, no artigo 76, e as Leis Complementares 13/81 e 34/86, estabelecem que “o professor ou Especialista de Educação, mesmo aposentado, terá incorporado aos proventos de aposentadoria, valor correspondente à média das aulas extraordi-

nárias ou suplementares ministradas nos últimos 10 (dez) anos imediatamente anteriores...”

Além disso, o professor ou especialista que possui habilitação específica para atuar na educação especial e que permanece na difícil função de trabalho com excepcionais pelo período de cinco anos consecutivos, recebe gratificação de 50% de vencimento.

A Constituição Federal, no artigo 40, garante aos servidores “regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial”. A documentação anexa ao projeto não traz nenhuma objeção do ParanaPrevidência à incorporação.

A resolução em análise inviabiliza a contribuição dos educadores ao fundo de previdência e, por certo, sem essa contribuição, os mesmos não poderão levar essa remuneração para os proventos de inatividade.

O parágrafo terceiro do artigo 40 da Constituição Federal dispõe que “os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração”.

As condições especiais de aposentadoria só poderão ser fixadas por lei complementar, conforme prescreve o parágrafo 4º do artigo 40 da Constituição Federal. As aulas extraordinárias e a gratificação para os professores que trabalham, na educação especial estão previstas em lei complementar. Portanto, não pode a resolução restringir direito garantido em lei complementar e na própria Constituição Federal.

Não bastasse essa base constitucional, cabe invocar a aplicação do princípio da igualdade (artigo 5º, *caput* da Constituição Federal, que deve nortear a confecção de qualquer ato legal. A resolução prevê a contribuição de adicionais e gratificações para outros servidores e exclui os professores.

Em razão do exposto e por considerar o ato administrativo eivado de inconstitucionalidade, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Decreto Legislativo 02/2002, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA AO  
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2002

Art. 1º - Fica sustada a Resolução 3.357/2001 da Secretaria de Estado da Administração, publicada no Diário Oficial do dia 17 de maio de 2001, nos termos do artigo 54, XXVII, da Constituição do Estado do Paraná, por ser ato administrativo exorbitante do poder regulamentar do Poder Executivo.

Art. 2º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE DECRETO Nº 02/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de decreto, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, visa susta as Resoluções 2617/2001 e 2618/2001 da Secretaria de Estado da Educação e a 3357/2001 da Secretaria de Estado da Administração.

Chamada esta Comissão a se manifestar, conclui que a exigência da resolução supra citada fere norma constitucional federal, causando enormes prejuízos à classe dos servidores estaduais.

Sendo assim somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.2002

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

**ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/2002, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que susta a Resolução nº 168 de 22 de janeiro de 2002, da Secretaria de Estado da Educação. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106/2002, de 19.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2002, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, susta a Resolução 168, de 22 de janeiro de 2002, da Secretaria de Estado da Educação.

Na realidade o decreto legislativo pretende sustar a exigência de reposição de aulas por parte dos professores em licença médica por período inferior a quinze dias.

Conforme sentença anexa, obrigar o professor que retornou de licença médica a repor aulas viola o disposto nos artigos 227 e 221 do Estatuto do Funcionário Público.

“A licença para tratamento de saúde, através de laudo médico é considerada de efetivo exercício, e tal licença nenhum prejuízo pode trazer ao professor, visto que aquele tempo é contado para todos os efeitos legais e não sujeito a desconto de vencimentos ou remuneração”.

Cabe salientar que após quinze dias de licença médica, a Secretaria de Estado da Educação coloca um professor substituto para ministrar as aulas.

No Estado de São Paulo a Secretaria de Estado da Educação disponibiliza professores substitutos até para licenças de um dia. Mesmo porque é imprevisível quando o professor vai ficar doente e deve a Secretaria ter pessoal suficiente para cobrir essas faltas e não penalizar o aluno e tampouco o professor.

Destacamos que todos os profissionais em licença médica têm garantido o direito sem desconto ou reposição. Dessa forma, considerando a aplicação do princípio constitucional da igualdade, também os professores podem usufruir de licença médica sem necessidade de reposição de aulas.

Entretanto, do que se extrai da justificativa e dos documentos anexados ao processo, o objetivo único do projeto é sustar a aplicação do artigo 11 e seus parágrafos, não existindo a necessidade de sustar toda a resolução.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Decreto Legislativo 04/2002 na forma de emendas anexa.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA AO  
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2002**

Art. 1º - Fica sustado o artigo 11, com seus parágrafos, da Resolução 168, de 22 de janeiro de 2002, publicada no Diário Oficial de 25 de janeiro de 2002, nos termos do artigo 54, XXVII, da Constituição Estadual, por ser ato administrativo exorbitante do poder regulamentar do Poder Executivo.

Art. 2º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer e José Maria Ferreira.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE DECRETO Nº 04/2002**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de decreto, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, visa sustar a Resolução nº 168 de 22 de janeiro de 2002, da Secretaria de Estado da Educação.

Chamada esta Comissão a se manifestar, concluir que a exigência da resolução supra citada fere norma

constitucional federal, causando enormes prejuízos à classe dos professores.

Sendo assim somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.2002

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 692/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 136/2002, de 06.11.2002).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 692/2002**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e por estar de acordo com a Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre as normas e requisitos para o título de Cidadão Honorário e Benemérito do Estado do Paraná, constatamos que a matéria encontra-se apta para seguir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Queremos cumprimentar também o deputado Pastor Edson Praczyk, que comemora o seu aniversário. Nossos cumprimentos.

Quero alertar os senhores parlamentares para aprovação do título de Cidadania Honorária ao ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, que os que votarem a favor usem a cédula branca e os que são contrários, com a cédula preta.

Solicito ao 1º secretário que proceda à chamada nominal.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Fernando Ribas Carli)  
(Procede a chamada nominal)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Quarenta e cinco deputados votaram.

Solicito aos deputados Miltinho Pupio, Marcos Isfer, Tony Garcia e Neivo Beraldin para que procedam à contagem dos votos.

Segundo a informação, todos os parlamentares votaram pela aprovação do título de Cidadania Honorária ao ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello. **Aprovado por unanimidade.**

Requerimento nº 2650A, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Participo aos senhores parlamentares que logo mais, as dezessete horas, teremos a outorga do título de Cidadania Benemérita do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Edgard Antônio Lippman Júnior, por proposição do nosso colega, deputado Nereu Moura.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 10, logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 629 e 697/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 020, 570, 584, 692, 693, 723 e 755/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 002 e 004/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 160, 579 e 640/2002.

Levanta-se a Sessão.

### Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E :**

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 158/2002**

I - prover, JOSÉ EVANGELISTA PRADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de setembro de 2002;

II - prover, PAULA FERNANDA CHIARARIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de setembro de 2002;

III - exonerar, a pedido, EDNEI RODRIGUES DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do

gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de setembro de 2002;

IV - prover, ELON RAPHAEL DE LARA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de setembro de 2002.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 159/2002**

I - exonerar, a pedido, MELISSA AIRES DE CARVALHO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de setembro de 2002;

II - prover, THIAGO TRIVELONI ESTEVES, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de setembro de 2002.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.09.2002.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 160/2002**

Exonerar, a pedido, MARCELLO ALVARENGA PANIZZI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de setembro de 2002

(Prot. nº 7873/2002)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.09.2002.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 164/2002**

I - exonerar, a pedido, VINICIUS KURTEN BARATTER, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de outubro de 2002;

II - exonerar, a pedido, ROBINSON ALVES MATIAS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de outubro de 2002;

III - exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de outubro de 2002:

CESAR AUGUSTO CUBIS

ANDRE RAMIRES GALEGO

ALINE RODRIGUES CAMPOS

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 165/2002**

I - exonerar, a pedido, THIAGO TRIVELONI ESTEVES, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de outubro de 2002;

II - prover, MELISSA AIRES DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de outubro de 2002.



## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 166/2002

I - prover, ARGEU DIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de outubro de 2002;

II - prover, MARIA JORANICE PONTES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de outubro de 2002;

III - prover, DIVINO DONDOLINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de outubro de 2002;

IV - prover, SILVIA CRISTINA CHICONATO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de outubro de 2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 170/2002

I - exonerar, a pedido, MOACIR VICENTE TEIXEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Fernando da Silva Litro, a partir de 1º de outubro de 2002.

II - exonerar, a pedido, MARIA DA GRAÇA FOSILE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Fernando da Silva Litro, a partir de 1º de outubro de 2002.

III - exonerar, a pedido, GERSON VITTO, do cargo em Comissão junto ao gabinete do deputado Luiz Fernando da Silva Litro, a partir de 1º de outubro de 2002.

IV - exonerar, a pedido, IVANIR RUFATTO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Fernando da Silva Litro, a partir de 1º de outubro de 2002.

V - exonerar, a pedido, ANDRESSA DE CAMPOS CHARNESKI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Fernando da Silva Litro, a partir de 1º de outubro de 2002.

VI - exonerar, a pedido, VILMARA DE FÁTIMA MOURA PEREIRA, do cargo em Comissão, do gabinete do deputado Luiz Fernando da Silva Litro, a partir de 1º de outubro de 2002.

VII - exonerar, a pedido, MATHEUS RICARDO PENSO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Fernando da Silva Litro, a partir de 1º de outubro de 2002.

VIII - exonerar, a pedido, JAIR BONATO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Luiz Fernando da Silva Litro, a partir de 1º de outubro de 2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 171/2002

I - exonerar, a pedido, EVANESSA LUIZA RAMEMYLLA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do

gabinete do deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de outubro de 2002.

II - exonerar, a pedido, LISSANDRA DE CASSIA DE QUADROS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de outubro de 2002.

III - exonerar, a pedido, LEUZIR SUZIN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de outubro de 2002.

IV - exonerar, a pedido, BENEDITO APARECIDO DE PAULA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hermes Fonseca, a partir de 1º de outubro de 2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 172/2002

I - exonerar, a pedido, MURILO MARTINS ANDRADE, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de outubro de 2002.

II - exonerar, a pedido, IRANI ALVES MATIAS, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de outubro de 2002.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 173/2002

I - exonerar, a pedido, LOURDES VALERIO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 1º de outubro de 2002.

II - Prover, JOSIANE APARECIDA BAROTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PSL, a partir de 1º de outubro de 2002.

III - Exonerar, a pedido, ROSELI JANECKO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Fernando da Silva Litro, a partir de 1º de outubro de 2002.

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 1º.10.2002

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 174/2002

I - exonerar, a pedido, JOSIANE APARECIDA BAROTO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 2002.

II - exonerar, a pedido, CLAUDIA PEDRO BOM, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 2002.

III - prover, ALEX ANTONIO BAROTO, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 2002.

IV - prover, LUCIMAR RICARDO DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de outubro de 2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 175/2002

I - exonerar, a pedido, CARLOS ALCIMAR ALVES PIZZARDI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de outubro de 2002.

II - exonerar, a pedido CLAUDIA ANDREIA DE AZEVEDO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de outubro de 2002.

III - exonerar, a pedido, ANSELMO JAQUES TULIO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de outubro de 2002.

IV - exonerar, a pedido EDER WILSON COLON-  
TONIO MATTIOLI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de outubro de 2002.

V - exonerar, a pedido ENIVALDO DA ROSA RIBAS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de outubro de 2002.

VI - exonerar, a pedido, JACKSON CASIMIRO SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de outubro de 2002.

VII - exonerar, a pedido, CRISTIANE COLON-  
TINO MATTIOLI BELICH, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora da Comissão de Redação.

VIII - exonerar, a pedido MARIA CRISTINA MESQUITA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de outubro de 2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 176/2002

I - prover, JORGE PEDRO DOS REIS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de outubro de 2002.

II - prover, CLAUDIA DUMAS DE ALMEIDA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de outubro de 2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 177/2002

I - exonerar, a pedido, GISLAINE FUSCO DUARTE, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de outubro de 2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 178/2002

I - exonerar, a pedido, CARLOS MONTEIRO FILHO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Luiz Fernando Guimarães, a partir de 1º de outubro de 2002.

II - prover, FERNANDA GUIMARÃES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Luiz Fernando Guimarães, a partir de 1º de outubro de 2002, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

III - exonerar, a pedido, NATALICIO MAMEDES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Luiz Fernando Guimarães, a partir de 1º de outubro de 2002.

IV - prover, RUI FERREIRA CAMPOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Luiz Fernando Guimarães, a partir de 1º de outubro de 2002, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

V - exonerar, a pedido, GILSON DE SOUZA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Fernando Guimarães, a partir de 1º de outubro de 2002.

VI - prover, FLAVIA GUIMARÃES, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Luiz Fernando Guimarães, a partir de 1º de outubro de 2002.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.10.2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 179/2002

I - exonerar, a pedido, JORGE BRUNO DA SILVA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Serafina Carrilho, a partir de 1º de outubro de 2002.

II - exonerar, a pedido, ELISANGELA VENTURA DO NASCIMENTO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Serafina Carrilho, a partir de 1º de outubro de 2002.

III - exonerar, a pedido, ROSEMARY APARECIDA PIONER DO AMORIN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da deputada Serafina Carrilho, a partir de 1º de outubro de 2002.

IV - exonerar, a pedido, LAURO APARECIDO BARBOSA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de outubro de 2002.

(Prots. nºs 8792 e 9793/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 180/2002

I - exonerar, a pedido, LEONARDO RATES FRANKLIN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de outubro de 2002.

II - exonerar, a pedido, ELAINE ANDRES TULIO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de outubro de 2002.

III - exonerar, a pedido, VILSON BERALDO MENON, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de outubro de 2002.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.10.2002

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 192/2002

Promover, por antiguidade, OLGA POPOVITCH, matrícula nº 319, para o cargo de Procurador nível N.U.1 - 3ª classe, a partir de 12 de novembro de 2002.

Promover, por merecimento, LIDIA MUCHINSKI, matrícula nº 487, para o cargo de Procurador nível N.U.1 - 3ª classe, a partir de 12 de novembro de 2002.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12.11.2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 202/2002

Conceder a DELORA TEREZINHA B. F. DO AMARAL CARVALHO, matrícula nº 40607, funcionária desta Assembléia Legislativa, admitida em 09 de julho de 1985, exercendo o cargo de Agente Universitário N-64, lotada na Coordenadoria das Comissões, Licença Especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de junho de 2002, antecipado em razão da contagem referente ao quinquênio anterior, permitida pela legislação vigente à época, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período da licença deverá ser marcado pela requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 8489/2002)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.11.2002.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 204/2002

Conceder aposentadoria por invalidez a LUIZ LIMA, matrícula nº 504, ocupante do cargo de Procurador NU-1, 3ª Classe do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, de acordo com os artigos 139, 224 e 235 da Lei de nº 6.174/70, artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98, e nos termos do inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 40, da Constituição Federal, combinado com o artigo 11 da Resolução nº 52/89, e artigo 2º da Lei Estadual nº 8.425/86, faz jus à aposentadoria, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescidos de verba de representação, de acordo com o artigo 3º, da Lei nº 8.198/85, e trinta e cinco por cento (35%) referente a sete (07) adicionais, conforme inciso VIII, do artigo 37, da Lei Complementar nº 40/81, e artigo 1º da Lei Complementar nº 20/84, corroborado pela Lei Complementar nº 42/88, que inclui parágrafo único vedando gratificação quinquenal diferente da estabelecida, observando-se o disposto no inciso XIV, do artigo 37 da Constituição Federal, resultado em

proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 11, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas.

(Prot. nº 9323/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 205/2002

Conceder a HELENA REGINA STEPHAN MORO, matrícula nº 706, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Procurador, 3ª Classe, nível NU-1, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6.174/70, Licença Especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 06 de dezembro de 1995 e 06 de dezembro de 2000. O pedido de licença deverá ser marcado pela requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo o estabelecido no artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6.174/70.

(Prot. nº 8899/2002)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 206/2002

Determinar, à Diretoria de Pessoal a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de Erondy Silvério, matrícula nº 50086, ex-parlamentar desta Assembléia Legislativa, na forma do artigo 30, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal, e inciso XII, do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, de 06 de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 9330/2002)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.11.2002.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário

### Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 105/2002

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, WILMA ALVES GOUVEIA, matrícula nº 40.588, de noventa (90) dias, a partir de 10 de outubro de 2002, término em 08 de janeiro de 2002. CID.10 E 66.8.

(Prot. n 9325/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.11.2002.

## PORTARIA Nº 111/2002

conceder, licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, ACIOLY BATISTA, matrícula nº 40.928, de cento e oitenta (180) dias, a partir da data de 17 de abril de 2002, término em 12 de outubro de 2002. CID.813.4/3-CID-10 B.18.2.

(Prot. n 9773/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.12.2002.

## PORTARIA Nº 112/2002

conceder, licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, ACIOLY BATISTA, matrícula nº 40.928, de cento e oitenta (180) dias, a partir da data de 14 de outubro de 2002, término em 13 de abril de 2003. CID.813.4/5-CID-10 B.18.2.

(Prot. nº 9774/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.12.2002.

(a) ABIB MIGUEL

**Ata de Comissão:**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dois, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Hermes Fonseca, Marcos Isfer, Algaci Tulio, Ademar Traiano, Antonio Carlos Belinati, José Maria Ferreira e mais os senhor deputado Eli Ghellere. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 697/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL às emendas de Plenário, do senhor deputado Ademar Traiano - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 629/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL à emenda de Plenário, do senhor deputado Ademar Traiano - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 264/2002, de autoria do senhor deputado Elio Rusch. Concedido VISTAS aos senhores deputados Eli Ghellere, Antonio Carlos Belinati e Duílio Genari; 04) Proposição-Veto nº 138/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 05) Proposição-Veto nº 137/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 487/2001 de autoria do senhor deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 06) Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2002, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, na forma da emenda anexa - Aprovado; 07) Projeto de Decreto Legis-

lativo nº 04/2002, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, na forma da emenda anexa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 727/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 706/2002, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli. Concedido VISTAS ao senhor deputado Marcos Isfer; 10) Projeto de Lei nº 699/2002, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 692/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 730/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 740/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 676/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 535/2002, de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 718/2002, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 719/2002, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Eli Ghellere - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 739/2002, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 33/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 737/2002, de autoria do senhor deputado Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 738/2002, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 749/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 556/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari à emenda de Plenário - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 725/2002, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Eli Ghellere, na forma da emenda anexa - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 721/2002, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Eli Ghellere - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 722/2002, de autoria

do senhor deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Eli Ghellere - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 723/2002, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Eli Ghellere - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 720/2002, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Eli Ghellere - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 733/2002, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Eli Ghellere - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 731/2002, de autoria do senhor deputado Nereu Moura. Concedido VISTAS ao senhor deputado Antonio Carlos Belinati; 31) Projeto de Lei nº 640/2002, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 584/2002, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Caíto Quintana - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 348/2002, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 652/99, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, Projeto de Lei nº 296/2002, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães; Projeto de Lei nº 109/2002, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma; Projeto de Lei nº 105/2002, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere;

Projeto de Lei nº 36/2000, de autoria do senhor deputado Edgar Bueno; Projeto de Lei nº 556/2001, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli. O senhor deputado Algaci Tulio, relator da matéria, requer DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - DEFERIDO; 35) Projeto de Lei nº 402/2002, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma. O senhor deputado Hermes Fonseca, relator da matéria, requer DILIGÊNCIA junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e à Copel - DEFERIDO; 36) Projeto de Lei nº 579/2002, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 626/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 570/2002, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado José Maria Ferreira - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária